



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 018/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de **MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiaú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente edital e seus anexos.

DATA: 23/07/2024

HORÁRIO: Das 09h00min às 15h00min (Horário vigente na Bahia).

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASGOV Nº: 90022

UASG: 983579 – Prefeitura Municipal de Ipiaú-BA

Ipiaú – BA, 17 de julho de 2024.

Poleandro Silva Santos

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Decreto nº 5.410/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 018/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2024

I - REGÊNCIA LEGAL

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto municipal de nº 6.857 de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis.

II – ÓRGÃO (S) INTERESSADO (S)

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

III - MODALIDADE

DISPENSA ELETRÔNICO N.º 018/2024

IV - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º

061/2024

V - TIPO DE LICITAÇÃO

Menor Preço

VI –FORMA DE ENTREGA

Única

VII - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

VIII - OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de **MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiaú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente edital e seus anexos.

IX - LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 23/07/2024

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir da publicação.

HORÁRIO: 09:00 horas às 15:00 horas (horário vigente na Bahia).

LOCAL: Sistema de contratações do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASGOV Nº: 90021

X - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| Classificação por esfera | Classificação Institucional | Estrutura Programática | Classificação Funcional |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| Orçamento Fiscal | 11.001/SEAMA | 10 | 20 – Agricultura |
| Informação do programa | Informação da Ação | Elemento de despesa | Fonte |
| Mais Agricultura e Sustentabilidade | 1017 | 44905200000000 | 150000000000 |

XI - PRAZO DO CONTRATO

O contrato decorrente do presente processo vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

XII - VALOR DE REFERENCIA MÁXIMO GLOBAL ACEITAVEL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 50.694,76 (Cinquenta Mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos.)

XIII - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL.

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, diariamente, das 08h00min às 12h00min, na Sala de Licitações, sito a Rua Ângelo Jaqueira, nº 01, 2º Andar, Centro, Ipiaú, Bahia, pelo Telefone (73) 3313-2036 ou pelo e-mail licitaipiau@gmail.com.

XIV - PUBLICAÇÃO DO EDITAL

- Integralmente, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ipiaú (doem.org.br/ba/ipiau);
- Site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC
- Sistema de contratações do governo federal (Compras.gov.br).

XV – AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL

Jan Gonçalves Muniz Ferreira

Agente de Contratação

Portaria nº 100, de 28 de fevereiro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 018/2024

Processo Administrativo nº 061/2024

Torna-se Público que o Município de Ipiáú, realizará Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de Julgamento Menor Preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto municipal de nº 6.857 de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 23/07/2024

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 09:00 horas às 15:00 horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a **MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiáú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente edital e seus anexos.

1.2. A contratação será em lote único, conforme tabela constante abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA | UNID | QTDE | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|-------|---|-------|------|--------------|---------------|
| 1 | SERVIÇO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E ADEQUAÇÃO SANITÁRIA DE POÇO ARTESIANO (ATÉ 120 METROS) INCLUSO DESINFECÇÃO, REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA; VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA TUBULAÇÃO, CORROÇÃO, INCRUSTAÇÃO DE ROSCA E LUVAS E REVISÃO DO QUADRO DE COMANDO, COM TROCA DE PEÇAS. | Unid. | 04 | R\$ 8.383,19 | R\$ 33.532,76 |
| 2 | SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA, INCLUINDO GUINCHO DE RETIRADA, DESINSTALAÇÃO DA BOMBA, REBOBINAGEM DO MOTOR, TROCA DE PEÇAS, APLICAÇÃO DE PRODUTO DESINCRUSTANTE E REINSTALAÇÃO DA BOMBA. | Unid. | 04 | R\$ 4.290,50 | R\$ 17.162,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 50.694,76 |

Valor total por extenso: R\$ 50.694,76 (Cinquenta Mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos.)

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá estar em papel timbrado, assinada e carimbada com CNPJ, conter DECLARAÇÃO de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00hrs da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta readequada e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Ação obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos

suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.13. Na hipótese de a proposta de preços definitiva contemplar vários itens, o ajuste deverá ser realizado de forma linear sobre os preços unitários, sobre o preço total do item e sobre o valor global, aplicando-se o mesmo desconto, de modo que reflita na nova proposta a redução de preço proporcionada pelo lance vencedor.

5.14. NÃO SERÃO ACEITOS PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS ACIMA DOS ORÇADOS NA PLANILHA DE PREÇOS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSTANTES NESTE PROCESSO.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.3.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é até **06 (Seis) meses**, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas para o pagamento do presente instrumento contratual correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Classificação por esfera | Classificação Institucional | Estrutura Programática | Classificação Funcional |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| Orçamento Fiscal | 11.001/SEAMA | 10 | 20 – Agricultura |
| Informação do programa | Informação da Ação | Elemento de despesa | Fonte |
| Mais Agricultura e Sustentabilidade | 1017 | 44905200000000 | 150000000000 |

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município, Sistema de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

10.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Ipiaú/Bahia 17 de julho de 2023.

Jan Gonçalves Muniz Ferreira

Agente de Contratação

Portaria nº 100, de 28 de fevereiro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI FEDERAL 14.133/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Processo Administrativo nº 061/2024

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui-se objeto deste Termo de Referência a Contratação de empresa especializada para o serviço, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS**, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Ipiáú/BA, de acordo com as quantidades e especificações do presente TR e seus anexos.

1.2. Os bens são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

a) **INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO:** A realização de um Estudo Técnico Preliminar é essencial para embasar a tomada de decisão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú, diante da necessidade de serviço de manutenção preventiva e corretiva para poço artesiano que abastece a região. A constante demanda por água para atividades agrícolas e o suporte ao meio ambiente ressaltam a importância desse recurso vital. Contudo, o atual cenário apresenta desafios relacionados à eficiência e funcionamento do equipamento, tornando imprescindível a contratação de serviços especializados para a manutenção de preventiva e corretiva de poços artesanais.

b) **PROBLEMA A SER RESOLVIDO E IMPACTO NA COMUNIDADE:** O problema identificado no poço artesiano compromete diretamente a capacidade de fornecimento de água, afetando não apenas a produção agrícola local, mas também a qualidade de vida da população. A interrupção no abastecimento pode resultar em prejuízos econômicos para os agricultores e causar impactos ambientais significativos. Diante desse contexto, a contratação dos serviços especializados é crucial para assegurar a continuidade do fornecimento de água, promovendo a estabilidade no setor agrícola e preservando o equilíbrio ambiental da região.

c) **JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO** O interesse público subjacente ao serviço de manutenção preventiva e corretiva de poços artesanais é evidente, mas também contribui para a preservação dos recursos hídricos locais e a sustentabilidade ambiental. Ao investir na infraestrutura adequada, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente demonstra seu comprometimento com o bem-estar da comunidade e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

d) **IMPACTO FUTURO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** Considerando o impacto positivo esperado com o serviço de manutenção preventiva e corretiva de poços artesanais, a contratação dos serviços especializados não apenas solucionará o problema imediato, mas também estabelecerá as bases para a segurança hídrica a longo prazo. Ao garantir a operacionalidade eficiente do equipamento, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáú investirá no desenvolvimento sustentável da região, promovendo a prosperidade econômica, social e ambiental.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

3.1. A presente Contratação deverá ter as seguintes características mínimas:

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA | UNID | QTDE | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|--|---|-------|------|--------------|---------------|
| 3 | SERVIÇO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E ADEQUAÇÃO SANITÁRIA DE POÇO ARTESIANO (ATÉ 120 METROS) INCLUSO DESINFECÇÃO, REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA; VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA TUBULAÇÃO, CORROÇÃO, INCRUSTAÇÃO DE ROSCA E LUVAS E REVISÃO DO QUADRO DE COMANDO, COM TROCA DE PEÇAS. | Unid. | 04 | R\$ 8.383,19 | R\$ 33.532,76 |
| 4 | SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA, INCLUINDO GUINCHO DE RETIRADA, DESINSTALAÇÃO DA BOMBA, REBOBINAGEM DO MOTOR, TROCA DE PEÇAS, APLICAÇÃO DE PRODUTO DESINCRUSTANTE E REINSTALAÇÃO DA BOMBA. | Unid. | 04 | R\$ 4.290,50 | R\$ 17.162,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 50.694,76 |
| Valor total por extenso: R\$ 50.694,76 (Cinquenta Mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos.) | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sustentabilidade: A empresa contratada deve demonstrar compromisso com práticas sustentáveis em suas operações, incluindo o uso eficiente de recursos naturais, a minimização de resíduos e emissões, e a adoção de medidas para reduzir seu impacto ambiental. Deve-se priorizar fornecedores e práticas que estejam alinhados com os princípios de sustentabilidade, buscando materiais e insumos produzidos de forma responsável e ecologicamente correta.

5.2 Subcontratação: Caso haja necessidade de subcontratação de serviços ou fornecimento de insumos por parte da empresa contratada, esta deve ser previamente autorizada e devidamente especificada no contrato. A subcontratação deve ser realizada apenas com empresas idôneas e qualificadas, garantindo que os padrões de qualidade e segurança sejam mantidos em todos os aspectos do serviço prestado.

5.3 Garantia da Contratação: A empresa contratada deve oferecer garantias adequadas para o serviço prestado, incluindo garantias de qualidade, prazos e resultados. Deve-se estabelecer cláusulas contratuais que estipulem as condições e os prazos para a correção de eventuais defeitos ou problemas no serviço prestado, garantindo a satisfação da contratante e a segurança da paciente. A empresa contratada deve fornecer garantias financeiras ou seguros que assegurem o cumprimento integral do contrato e possíveis compensações em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

6. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA EXECUÇÃO

6.1. Os materiais devem ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento – SF, expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme endereço indicado na solicitação.

7. DO VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. O valor previsto para execução dos serviços do objeto para licitação é da ordem de **R\$ 50.694,76** (Cinquenta Mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos.), custo no qual estão inclusas todas as despesas.

8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

1. Condições de Entrega:

Prazo de Entrega: A CONTRATADA se compromete a realizar o serviço de manutenção PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS, dentro do prazo estipulado no contrato, o qual deverá ser acordado entre as partes de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e a capacidade de produção da CONTRATADA.

Local de Entrega: A entrega deverá ser realizada no endereço especificado pela CONTRATANTE, conforme indicado no pedido de compra ou em documento anexo. Caso haja mais de um local de entrega, os endereços devem estar claramente discriminados.

Conferência e Recebimento: A CONTRATANTE se reserva o direito de realizar o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS seja feito, a fim de verificar se está de acordo com as especificações técnicas no contrato. O serviço será formalizado por meio da assinatura de um documento de recebimento pela CONTRATANTE ou seu representante autorizado.

Responsabilidade pela Entrega: A CONTRATADA é responsável por garantir que o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS, seja entregue de forma oportuna e em conformidade com as condições estabelecidas no contrato. Qualquer atraso na entrega deverá ser devidamente comunicado à CONTRATANTE, que poderá tomar as medidas cabíveis conforme previsto no contrato.

Recusa do Serviço: Caso o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS não esteja de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a entrega e exigir a substituição do produto ou a rescisão do contrato, conforme previsto nas cláusulas correspondentes.

Comunicação de Irregularidades: Qualquer irregularidade ou problema relacionado à entrega ao SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS deverá ser prontamente comunicado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para solucionar a questão de forma ágil e eficiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

9.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º). A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.1.2.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.3 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.1.3.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

9.1.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.1.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

9.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.1.12 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

9.1.13.1 Os materiais, objeto desta Licitação, serão acompanhados pelo GESTOR especialmente designado pelo CONTRATANTE para esse fim, e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os quais deverão ter perfil para desempenhar tais tarefas, proporcionando a estes o conhecimento dos critérios e das responsabilidades assumidas.

9.1.13.2 Para o acompanhamento de que trata o subitem anterior, compete ao GESTOR, entre outras atribuições: planejar, coordenar e solicitar da CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto licitado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

9.1.13.3 Compete à FISCALIZAÇÃO dentre outras atribuições:

a) A fiscalização dos serviços pela Contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

b) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

e o resultado dessas medidas;

- c) Assistir o(a) CONTRATADO(A) na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- d) Confirmar a execução dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.
- e) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- f) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- g) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- h) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias das especificações;
- i) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços/materiais apresentados, dos serviços/materiais executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado;
- j) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- k) Exigir do(a) CONTRATADO(A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto lícito;
- l) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pelo(a) CONTRATADO(A);
- m) Exigir pontualidade no cumprimento dos horários de funcionamento fixados.
- n) Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviço mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- o) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- p) Relatar as ocorrências que exijam comunicação às autoridades competentes.
- q) Rever, quando necessário as especificações técnicas, adaptando-as às condições específicas;
- r) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- s) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo CONTRATANTE, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- t) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;

10. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

10.1. Constitui-se obrigação da **CONTRATANTE**:

- a) Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, ao local de realização do serviço, no horário estipulado para prestação dos mesmos.
- b) Designar servidores para as atividades de Fiscalização dos serviços previstos, dirimindo as dúvidas da Contratada, cumprindo e fazendo cumprir o disposto no presente termo de especificação técnica;
- c) Efetuar o pagamento na data estabelecida.
- d) Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- e) Encaminhar ao preposto da CONTRATADA as requisições para a execução contratual;
- f) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa vencedora;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- i) Registrar todas as ocorrências de atraso ou de desatendimento das especificações na prestação dos serviços, para a adoção das providências cabíveis à regularização, comunicando a contratada as irregularidades;
- j) Rejeitar no todo ou em parte os serviços/material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- k) Caso o produto entregue não atenda às especificações do objeto, solicita-se o refazimento do mesmo para garantir a conformidade com os padrões estabelecidos;
- l) Na eventualidade de o produto não estar em conformidade com as especificações do objeto, requer-se o ressarcimento do mesmo, assegurando a qualidade e precisão exigidas;
- m) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- n) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Solicitação de Fornecimento ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- o) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- p) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- q) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- r) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- s) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- t) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

10.2. Constitui-se obrigação da CONTRATADA:

- a) Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.
- b) Fornecer equipamentos e serviços que se fizerem necessários para a execução do objeto, mediante remuneração.
- c) Administrar o presente contrato.
- d) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- e) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades.
- f) A proponente deverá arcar com suas despesas, vistoriar e examinar os locais dos serviços, bem como obter, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para preparar a proposta;
- g) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação e cotação de preços, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- h) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- i) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- j) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- k) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Segurança e Higiene, garantindo condições e equipamentos individuais adequados a seus empregados;
- l) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- m) Executar a entrega do produto através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- n) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- o) Manter durante toda a entrega do produto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na cotação de preços;
- p) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.
- q) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- s) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- t) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à Contratante;
- u) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- v) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- w) Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

x) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da entrega do produto;

y) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;

z) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

aa) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade do produto, garantindo seu perfeito desempenho;

bb) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

cc) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990):

a. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

dd) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados; e

ee) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços.

ff) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

gg) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

hh) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

ii) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

jj) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa decorrente da contratação será suportada pela dotação orçamentária própria indicada abaixo pela Unidade Administrativa:

| Classificação por esfera | Classificação Institucional | Estrutura Programática | Classificação Funcional |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| Orçamento Fiscal | 11.001/SEAMA | 10 | 20 – Agricultura |
| Informação do programa | Informação da Ação | Elemento de despesa | Fonte |
| Mais Agricultura e Sustentabilidade | 1017 | 44905200000000 | 150000000000 |

12. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termos Aditivos, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de até **15 (quinze) dias**, contado do recebimento definitivo do material e da apresentação do documento fiscal correspondente.

13.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso exista pendência quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.4. O descumprimento, pelo CONTRATADO, do estabelecido no item anterior não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

13.5. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

13.6. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

14.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento da Lei n.º 14.133/2021.

14.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

14.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.7 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

14.9 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

14.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.11 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.13 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada mediante a apresentação de:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); e

f) **Documento de Identificação Civil dos Sócios/Empresário.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

OBSERVAÇÕES:

- I. Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- II. Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;
- III. Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

15.2. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativo à sede da licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;
- i. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** da sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;
- d) Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS)**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;
- f) Prova de **Regularidade Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de acordo a Lei nº 12.440/11, e nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Declaração de que inciso XXXIII do artigo 7 da Constituição Federal de 1988 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

15.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante enquadrado como ME/EPP, for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

15.2.2 A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará na inabilitação da licitante e decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

15.3. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) **Declaração** do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do no edital.
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.4. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.

16. DAS PENALIDADES

16.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

16.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 156, da Lei Federal n.º 14.133/2021, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) De **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) De **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) De **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ipiáú, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos **I, II e III do item 13.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

16.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus.

Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

16.5. As sanções previstas nos incisos **III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

16.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

16.8. As sanções previstas no item 13 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com o edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

16.9. A CONTRATADA se sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para quais haja concorrido.

b) Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 30 (trinta) dias, limitadas a 20% do valor da fatura.

b3) Multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas do edital e o do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;
- d) Suspensão do direito de contratar com o município de Ipiáú pelo período máximo de 03 (três) anos nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155, da Lei Federal 14.133/2021
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.
- h) As multas previstas na alínea “b” poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
- i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Prefeitura Municipal de Ipiáú.
- j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.
- l) Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade contratante, a contratada ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.
- 16.10. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competência da Prefeitura Municipal de Ipiáú, as demais penalidades serão de competência do **Secretário Municipal de Administração e Planejamento**.

17. DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

17.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade de **12 (doze meses)**, podendo o prazo de vigência ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme permissivo no art. 111, Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações.

18. DA DATA, LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. O(s) objeto deverá ser executados na forma, prazo, locais e horários definidos no Preâmbulo do Edital.

18.1.2 A execução dos serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Ordenadora de Despesa.

18.1.3. Por ocasião da medição dos serviços, o fornecedor deverá apresentar relatório de viagens realizadas em 02(duas) vias, além das respectiva Nota Fiscal e as Certidões Negativas, válidas, exigidas na fase de habilitação deste certame.

18.1.4. Para os serviços definidos conforme execução, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal por Anexo em nome do **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, com endereço na Rua Ângelo Jaqueira, Centro, Ipiáú – Bahia.

18.2 A fiscalização do Contrato será exercida por servidor devidamente designado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

18.2.1 O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

18.3 A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço executado, se em desacordo com os termos do Edital e do respectivo Contrato.

18.4 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

18.5 A execução do objeto da licitação não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho em relação a prazo de entrega, validade.

18.6 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei Federal Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

19 - DA EXECUÇÃO, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

19.2. A rescisão do contrato se dará nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

19.3. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do contratado, o contratante poderá reter, cautelarmente, os 19 decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

16.4. Quando a rescisão ocorrer nas hipóteses dos artigos 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados.

19.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

19.6. O Contrato extinguir-se-á pela implementação do seu termo final, com o integral cumprimento das obrigações nele estipuladas, e, poderá ser rescindido, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigações pactuadas, e especialmente pela ocorrência das hipóteses previstas nos 137 e 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021, cujos dispositivos a Contratada declara conhecer, submetendo-se irrestritamente, a todas as determinações estabelecidas.

20. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato originário deste processo, poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 Lei Federal 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

20.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na execução do objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 Lei Federal 14.133/2021.

21. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS:

21.1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento pelo período de **12 (doze) meses** na forma da Lei Federal nº 14.133 de 01.04.2021. Após este período, os mesmos serão reajustados na mesma periodicidade e com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

21.2 Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 22, todos da Lei Federal 14.133/2021.

21.3. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quanto do impacto negativo na economia contratual.

22. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

22.1. O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços no mercado local. Conforme exigências legais, foi realizado pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos, conforme preconiza a Instrução Normativa Federal nº 05, de 27 de junho de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apurando-se um valor estimado.

22.2. O Setor Responsável pela cotação de preço foi a Secretaria Municipal de Administração, que o fez através do setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ipiaú-BA.

Ipiaú/BA, 30 de abril de 2024.

Elaborado por:

Aderian da Silva Meira

Agente de Planejamento

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiaú-BA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Autorizado por:

Poleandro Silva Santos

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Decreto nº 5.410/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

Decreto Municipal n.º 6.857/2023, de 31 de março de 2023.

| DADOS DO REQUISITANTE | |
|--|---|
| Secretaria | Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente |
| Servidor responsável pela demanda | Aderian da Silva Meira |
| Setor Requirante (Unidade/Setor/Depto) | Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente |
| E-mail | seamaipiau@gmail.com |
| Telefone | (73) 3313-2008 |

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO: (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

a) **INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO:** A realização de um Estudo Técnico Preliminar é essencial para embasar a tomada de decisão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáu, diante da necessidade urgente de manutenção no poço artesiano que abastece a região. A constante demanda por água para atividades agrícolas e o suporte ao meio ambiente ressaltam a importância desse recurso vital. Contudo, o atual cenário apresenta desafios relacionados à eficiência e funcionamento dos equipamentos hidráulicos e elétricos do poço, tornando imprescindível a contratação de serviços especializados para a instalação e aquisição de bombas submersas, visando a manutenção preventiva e corretiva.

b) **PROBLEMA A SER RESOLVIDO E IMPACTO NA COMUNIDADE:** O problema identificado no poço artesiano compromete diretamente a capacidade de fornecimento de água, afetando não apenas a produção agrícola local, mas também a qualidade de vida da população. A interrupção no abastecimento pode resultar em prejuízos econômicos para os agricultores e causar impactos ambientais significativos. Diante desse contexto, a contratação dos serviços especializados é crucial para assegurar a continuidade do fornecimento de água, promovendo a estabilidade no setor agrícola e preservando o equilíbrio ambiental da região.

c) **JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO:** O interesse público subjacente à contratação dos serviços de instalação e aquisição de bombas submersas para o poço artesiano é evidente. A manutenção preventiva e corretiva não apenas assegura a disponibilidade constante de água para as atividades agrícolas, mas também contribui para a preservação dos recursos hídricos locais e a sustentabilidade ambiental. Ao investir na infraestrutura adequada, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente demonstra seu comprometimento com o bem-estar da comunidade e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

d) **IMPACTO FUTURO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** Considerando o impacto positivo esperado com a manutenção adequada do poço artesiano, a contratação dos serviços especializados não apenas solucionará o problema imediato, mas também estabelecerá as bases para a segurança hídrica a longo prazo. Ao garantir a operacionalidade eficiente dos equipamentos, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiáu investirá no desenvolvimento sustentável da região, promovendo a prosperidade econômica, social e ambiental.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

2.1. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DA MELHOR SOLUÇÃO:

1. **ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA:** A empresa contratada deve possuir comprovada expertise na instalação e manutenção de bombas submersas, especificamente para poços artesanais. Certificados, histórico de projetos bem-sucedidos e equipe técnica qualificada são requisitos essenciais.

2. **GARANTIA DE EQUIPAMENTOS:** A solução proposta deve incluir equipamentos hidráulicos e elétricos de alta qualidade, com garantia de desempenho e durabilidade. A empresa contratada deve oferecer garantias específicas para as bombas submersas e demais componentes instalados.

3. **ATENDIMENTO A NORMATIVAS TÉCNICAS:** É fundamental que a solução esteja em conformidade com as normativas técnicas e regulamentações locais e nacionais relacionadas à instalação de equipamentos em poços artesanais, assegurando a qualidade e segurança da intervenção.

4. **ORÇAMENTO DETALHADO:** A proposta apresentada pela empresa deve incluir um orçamento detalhado, discriminando os custos dos equipamentos, mão de obra, materiais e eventuais despesas adicionais. Transparência e clareza na precificação são requisitos importantes.

5. **PRAZOS DE EXECUÇÃO:** A empresa contratada deve comprometer-se com prazos realistas para a execução do serviço, minimizando os impactos no abastecimento de água e evitando transtornos à comunidade local.

2.2. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EXIGIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIATÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1. **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** A solução proposta deve contemplar a utilização de equipamentos com alta eficiência energética, visando minimizar o consumo de eletricidade durante a operação das bombas submersas.
 2. **USO RESPONSÁVEL DA ÁGUA:** A empresa contratada deve adotar medidas para otimizar o uso da água, como a implementação de tecnologias que reduzam o desperdício e promovam a eficiência hídrica no sistema de abastecimento.
 3. **DESCARTE ADEQUADO DE RESÍDUOS:** Durante a execução do serviço, a empresa deve adotar práticas de descarte adequado de resíduos, seguindo normas ambientais. A reciclagem de materiais e a minimização de impactos ambientais são critérios relevantes.
 4. **INOVAÇÕES SUSTENTÁVEIS:** A Administração pode incentivar a adoção de inovações sustentáveis, como o uso de fontes de energia renovável para alimentar os equipamentos elétricos do sistema ou a implementação de tecnologias de monitoramento remoto para otimização operacional.
 5. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** A empresa contratada pode ser estimulada a realizar ações de educação ambiental junto à comunidade, destacando a importância da conservação da água e boas práticas de uso e manutenção dos recursos hídricos.
- 2.3. Ao integrar esses requisitos e práticas de sustentabilidade na contratação da solução, a Administração Municipal busca não apenas resolver a questão imediata do poço artesiano, mas também promover o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental a longo prazo.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES: (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

3.1. Quais as alternativas possíveis de solução presentes no mercado para resolver este problema?

- a) Diversas alternativas estão disponíveis no mercado para resolver o problema de manutenção preventiva e corretiva, com troca de equipamentos hidráulicos e elétricos de poço artesiano. A escolha da melhor solução dependerá das necessidades específicas do poço e das metas de sustentabilidade da Administração Municipal.

Algumas alternativas possíveis incluem:

SUBSTITUIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS CONVENCIONAIS POR MODELOS EFICIENTES:

- b) Essa alternativa envolve a substituição das bombas submersas antigas por modelos mais eficientes e modernos, que ofereçam maior desempenho e menor consumo de energia.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO:

- c) A instalação de um sistema de monitoramento remoto permite o acompanhamento contínuo do desempenho do poço artesiano. Isso possibilita a detecção precoce de problemas, permitindo intervenções proativas e reduzindo o tempo de inatividade.

UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS:

- d) A instalação de sistemas de energia renovável, como painéis solares ou turbinas eólicas, pode ser considerada para alimentar os equipamentos elétricos do poço. Isso contribuiria para a redução da pegada de carbono e para a eficiência energética do sistema.

MANUTENÇÃO PREDITIVA COM TECNOLOGIAS AVANÇADAS:

- e) A aplicação de técnicas de manutenção preditiva, como sensores e análise de dados em tempo real, permite antecipar problemas e planejar intervenções antes que ocorram falhas significativas.

SOLUÇÕES DE REÚSO DE ÁGUA:

- f) A implementação de sistemas de tratamento e reúso de água pode ser explorada para reduzir a demanda sobre o poço, promovendo a sustentabilidade hídrica na região.

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE LOCAL:

- g) Investir na capacitação da equipe local para realizar manutenções básicas e monitorar o poço pode ser uma solução sustentável a longo prazo, reduzindo a dependência de serviços terceirizados.

PARCERIAS COM EMPRESAS DE TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE:

- h) Estabelecer parcerias com empresas especializadas em tecnologia e sustentabilidade pode proporcionar soluções inovadoras e alinhadas aos objetivos ambientais da Administração.

3.2. Cada alternativa apresenta vantagens e desvantagens, e a escolha dependerá das condições específicas do poço, das metas de sustentabilidade, do orçamento disponível e das prioridades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiatú. É crucial realizar uma análise detalhada e consultar especialistas para selecionar a solução mais adequada às necessidades locais.

Discorra sobre as vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas apresentadas.

1. Substituição de Bombas Submersas Convencionais por Modelos Eficientes:

Vantagens:

Eficiência Energética: Bombas submersas mais eficientes podem resultar em menor consumo de energia, reduzindo os custos operacionais a longo prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Desempenho Aprimorado: Novos modelos podem oferecer maior capacidade de bombeamento e melhor desempenho hidráulico.

Tecnologia Moderna: Equipamentos modernos geralmente são mais confiáveis e demandam menos manutenção.

Desvantagens:

Custo Inicial: A substituição completa das bombas pode envolver um investimento inicial significativo.

Compatibilidade: É necessário garantir a compatibilidade dos novos equipamentos com a infraestrutura existente.

2. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO:

Vantagens:

Deteção Precoce de Problemas: Permite identificar e corrigir problemas antes que se tornem graves, reduzindo o tempo de inatividade.

Otimização da Manutenção: Intervenções podem ser planejadas com base em dados reais, otimizando os recursos de manutenção.

Desvantagens:

Custo de Implementação: A instalação de um sistema de monitoramento pode ser inicialmente dispendiosa.

Necessidade de Conectividade: Requer conectividade estável para a transmissão de dados, o que pode ser desafiador em áreas remotas.

3. UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS:

Vantagens:

Sustentabilidade: Contribui para a redução da pegada de carbono e promove a utilização de fontes de energia limpa.

Economia de Energia: Dependendo das condições locais, pode reduzir os custos de eletricidade a longo prazo.

Desvantagens:

Custo Inicial Elevado: A instalação de sistemas de energia renovável pode demandar um investimento inicial considerável.

Dependência de Condições Ambientais: A eficiência pode variar de acordo com as condições climáticas e de luminosidade.

4. MANUTENÇÃO PREDITIVA COM TECNOLOGIAS AVANÇADAS:

Vantagens:

Redução de Falhas: Permite a antecipação de falhas, reduzindo os custos associados a paradas não programadas.

Aumento da Vida Útil: Manutenções preditivas bem-sucedidas podem estender a vida útil dos equipamentos.

Desvantagens:

Custo Inicial e Implementação: A adoção de tecnologias avançadas pode demandar investimentos significativos.

Necessidade de Treinamento: A equipe deve ser treinada para operar e interpretar os dados gerados pelas tecnologias.

5. SOLUÇÕES DE REÚSO DE ÁGUA:

Vantagens:

Sustentabilidade Hídrica: Contribui para a conservação da água, aliviando a demanda sobre o poço artesiano.

Redução de Descarga de Efluentes: Minimiza a quantidade de água descartada, promovendo práticas ambientalmente responsáveis.

Desvantagens:

Complexidade do Tratamento: O tratamento da água para reuso pode ser complexo e exigir infraestrutura adicional.

Custo Operacional: Manter sistemas de tratamento pode gerar custos contínuos.

6. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE LOCAL:

Vantagens:

Autossuficiência: Capacitar a equipe local proporciona autonomia para realizar manutenções básicas sem depender constantemente de serviços terceirizados.

Redução de Custos: Pode reduzir os custos associados à contratação de serviços externos.

Desvantagens:

Limitações Técnicas: A equipe local pode enfrentar limitações técnicas para lidar com problemas mais complexos.

Necessidade de Investimento em Treinamento: Requer investimento em treinamento para garantir a capacidade técnica da equipe.

7. PARCERIAS COM EMPRESAS DE TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE:

Vantagens:

Acesso a Inovações: Parcerias podem proporcionar acesso a soluções tecnológicas e práticas sustentáveis inovadoras.

Expertise Especializada: Empresas especializadas podem trazer conhecimento técnico avançado para a execução do projeto.

Desvantagens:

Custo e Dependência: A parceria pode envolver custos e criar uma dependência externa para a manutenção contínua.

Necessidade de Contratos Bem Definidos: Requer contratos claros para garantir a prestação eficaz de serviços.

Ao analisar essas vantagens e desvantagens, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiatú poderá tomar uma decisão informada, considerando as condições específicas do poço e os objetivos de sustentabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Discorra sobre as vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas apresentadas, considerando especialmente manutenção preventiva e corretiva, com troca de equipamentos hidráulicos e elétricos de poço artesiano.

1. SUBSTITUIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS CONVENCIONAIS POR MODELOS EFICIENTES:

Vantagens:

Manutenção Reduzida: Modelos mais eficientes podem demandar menos manutenção preventiva e corretiva ao longo do tempo.

Aprimoramento do Desempenho: A substituição pode resultar em um aumento significativo na eficiência do bombeamento.

Desvantagens:

Custo Inicial Elevado: O investimento inicial pode ser significativo.

Compatibilidade: É necessário garantir que os novos equipamentos sejam compatíveis com a infraestrutura existente.

2. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO:

Vantagens:

Deteção Precoce de Problemas: Permite a identificação rápida de falhas, possibilitando a intervenção antes de danos significativos ocorrerem.

Programação de Manutenção: Facilita a programação de intervenções corretivas e preventivas com base em dados reais.

Desvantagens:

Custo Inicial: A instalação do sistema pode envolver custos significativos.

Necessidade de Conectividade: Dependência de uma conexão estável para transmissão de dados.

3. UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS:

Vantagens:

Menor Dependência de Rede Elétrica: Reduz a dependência da rede elétrica convencional, especialmente se combinado com sistemas de armazenamento de energia.

Sustentabilidade: Contribui para a sustentabilidade ao utilizar fontes de energia limpa.

Desvantagens:

Custo Inicial Elevado: Instalação de sistemas renováveis pode ser cara.

Dependência de Condições Ambientais: A eficiência pode variar conforme as condições climáticas.

4. MANUTENÇÃO PREDITIVA COM TECNOLOGIAS AVANÇADAS:

Vantagens:

Redução de Paradas Não Programadas: Identificação antecipada de problemas reduz a probabilidade de paradas não programadas.

Otimização de Recursos: Permite a alocação eficiente de recursos de manutenção.

Desvantagens:

Custo Inicial e Implementação: A adoção de tecnologias avançadas pode demandar investimentos significativos.

Necessidade de Treinamento: Requer treinamento da equipe para operar e interpretar os dados.

5. SOLUÇÕES DE REÚSO DE ÁGUA:

Vantagens:

Redução da Demanda de Água: Minimiza a demanda sobre o poço, contribuindo para a conservação hídrica.

Promoção da Sustentabilidade: Encaixa-se em práticas sustentáveis ao maximizar o uso dos recursos hídricos disponíveis.

Desvantagens:

Custo Operacional: Manutenção de sistemas de tratamento pode gerar custos contínuos.

Complexidade do Tratamento: O tratamento da água para reúso pode ser complexo.

6. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE LOCAL:

Vantagens:

Redução de Custos: Diminui a dependência de serviços externos, reduzindo custos operacionais.

Agilidade na Manutenção: A equipe local pode responder rapidamente a problemas emergentes.

Desvantagens:

Limitações Técnicas: A equipe local pode enfrentar desafios em lidar com problemas mais complexos.

Necessidade de Investimento em Treinamento: Requer investimento em treinamento para manter a equipe atualizada.

7. PARCERIAS COM EMPRESAS DE TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE:

Vantagens:

Acesso a Inovações: Parcerias podem proporcionar acesso a soluções tecnológicas e práticas sustentáveis inovadoras.

Expertise Especializada: Empresas especializadas podem trazer conhecimento técnico avançado para a execução do projeto.

Desvantagens:

Custo e Dependência: A parceria pode envolver custos e criar uma dependência externa para a manutenção contínua.

Necessidade de Contratos Bem Definidos: Requer contratos claros para garantir a prestação eficaz de serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Ao ponderar essas vantagens e desvantagens, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiaú pode tomar decisões informadas que atendam às necessidades específicas do poço artesiano, considerando tanto a manutenção preventiva quanto a corretiva.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO: (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

4.1. A escolha do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos de poço artesiano, emerge como a solução mais coerente e eficaz diante das necessidades identificadas na gestão do abastecimento hídrico em Ipiaú. Tal opção fundamenta-se em razões técnicas e econômicas, que se alinham de maneira sinérgica para promover a eficiência operacional e a sustentabilidade a longo prazo.

4.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA:

a) A manutenção preventiva e corretiva, com a substituição de equipamentos hidráulicos e elétricos, é respaldada por sua capacidade intrínseca de assegurar o funcionamento confiável e eficiente do poço artesiano. A intervenção preventiva, pautada em um cronograma técnico bem elaborado, permite a identificação proativa de desgastes e potenciais falhas nos equipamentos, evitando a ocorrência de danos substanciais. Ademais, a troca de componentes obsoletos por tecnologias mais modernas e eficientes contribui para a otimização do desempenho hidráulico e elétrico do sistema.

b) Além disso, a manutenção corretiva, quando necessária, permite a correção imediata de eventuais problemas identificados, minimizando o tempo de inatividade do poço. A substituição de equipamentos desgastados ou obsoletos por componentes de última geração garante a confiabilidade operacional a longo prazo, mitigando riscos associados a falhas imprevistas.

4.3. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA:

a) Sob a perspectiva econômica, a escolha desse serviço se sustenta na relação custo-benefício favorável que oferece. O investimento em manutenção preventiva e corretiva, aliado à troca de equipamentos, é inicialmente justificado pelo potencial de redução dos custos operacionais a médio e longo prazo. A prevenção de falhas impede gastos imprevistos associados a reparos emergenciais e possíveis danos colaterais causados por uma falha prolongada do sistema.

b) Além disso, a atualização dos equipamentos para modelos mais eficientes representa uma estratégia econômica sustentável. A eficiência energética aprimorada resulta em menor consumo elétrico, traduzindo-se em redução de despesas ao longo do ciclo de vida operacional do poço artesiano. A escolha de investir em tecnologias mais modernas e eficientes, embora envolva um custo inicial, promove economias significativas a longo prazo, sendo um investimento estratégico na infraestrutura hídrica municipal.

c) Assim, a opção pelo serviço de manutenção preventiva e corretiva, com a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos de poço artesiano, representa não apenas uma decisão técnica respaldada pela eficácia operacional, mas também uma escolha econômica sustentável, alinhada aos princípios de eficiência e responsabilidade financeira da administração municipal de Ipiaú.

d) A solução proposta para atender às demandas críticas de manutenção do poço artesiano em Ipiaú abrange um conjunto abrangente de medidas, visando garantir a eficiência operacional, a sustentabilidade e o cumprimento das exigências legais pertinentes. A intervenção delineada compreende a realização de manutenção preventiva e corretiva, incorporando a substituição de equipamentos hidráulicos e elétricos, refletindo uma abordagem holística para assegurar o fornecimento constante de água à comunidade local.

4.4. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

A execução da manutenção preventiva será pautada em um calendário técnico detalhado, contemplando inspeções regulares, testes de desempenho e a substituição programada de componentes sujeitos a desgaste. Essa abordagem proativa visa antecipar potenciais falhas, garantindo a continuidade do funcionamento do poço artesiano e reduzindo a probabilidade de paradas não programadas.

A manutenção corretiva será implementada em resposta a diagnósticos advindos da manutenção preventiva e de eventuais incidentes não previstos. A equipe técnica especializada estará prontamente disponível para solucionar problemas emergentes, minimizando o tempo de inatividade do poço e assegurando a rápida retomada do abastecimento.

4.5. TROCA DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS:

A substituição de equipamentos hidráulicos e elétricos desgastados ou obsoletos será realizada com base em critérios técnicos e de eficiência. A escolha de novos componentes estará alinhada com as mais recentes tecnologias disponíveis, visando aprimorar a eficiência operacional, reduzir o consumo de energia e prolongar a vida útil do sistema.

4.6. EXIGÊNCIAS LEGAIS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Conscientes da importância da conformidade com as normativas legais, todas as atividades de manutenção, substituição de equipamentos e demais intervenções seguirão estritamente as regulamentações municipais, estaduais e federais pertinentes. As exigências legais para a prestação de serviços incluirão:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1. **Certificações e Licenças:** A empresa contratada deverá apresentar todas as certificações e licenças necessárias para operar no setor de manutenção de poços artesianos, assegurando a conformidade legal e técnica.
2. **Documentação Técnica Detalhada:** Todas as atividades de manutenção e troca de equipamentos serão registradas em documentação técnica detalhada, conforme exigido por normativas específicas, permitindo auditorias e monitoramento efetivo.
3. **Assistência Técnica Contínua:** A empresa contratada deverá oferecer assistência técnica contínua durante todo o período contratual, garantindo a pronta resposta a emergências e o suporte necessário para a operação ininterrupta do poço.
4. **Garantias e Responsabilidades:** A prestadora de serviços será responsável por oferecer garantias específicas para os equipamentos substituídos e pela qualidade das intervenções realizadas, de acordo com as leis aplicáveis.
- 4.6. Ao adotar essa abordagem integrada, não apenas atendemos às necessidades imediatas de manutenção do poço artesiano, mas também asseguramos que todas as atividades estejam em total conformidade com as disposições legais e normativas, reforçando o compromisso da Administração Municipal de Ipiáú com a excelência técnica, a sustentabilidade e a transparência.
- 4.7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM TROCA DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS DE POÇO ARTESIANO**
 1. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos, no poço artesiano localizado no município de Ipiáú, com o objetivo de assegurar a operacionalidade eficiente e sustentável do sistema de abastecimento de água.
 2. **ESCOPO DOS SERVIÇOS:**
 - 2.1 **Manutenção Preventiva:**

Inspeção periódica de equipamentos hidráulicos e elétricos.

Testes de desempenho e eficiência.

Lubrificação e ajustes conforme necessários.

Substituição programada de peças sujeitas a desgaste.
 - 2.2 **Manutenção Corretiva:**

Identificação e correção de falhas emergentes.

Substituição imediata de componentes defeituosos.

Atendimento rápido a incidentes para minimizar o tempo de inatividade.
 - 2.3 **Troca de Equipamentos:**

Substituição de bombas submersas e outros equipamentos hidráulicos desgastados ou obsoletos.

Atualização de componentes elétricos para modelos mais eficientes e tecnologicamente avançados.

Descarte adequado de equipamentos substituídos.
 3. **CRITÉRIOS TÉCNICOS:**
 - 3.1 **Eficiência Energética:**

A empresa deverá utilizar equipamentos hidráulicos e elétricos certificados quanto à eficiência energética, visando a redução do consumo elétrico.
 - 3.2 **Conformidade Normativa:**

Todos os serviços devem obedecer às normas técnicas e regulamentações vigentes para instalações de poços artesianos, garantindo a conformidade legal.
 - 3.3 **Documentação Técnica:**

Elaboração e entrega de documentação técnica detalhada, incluindo relatórios de manutenção, laudos técnicos, e registros fotográficos das intervenções realizadas.
 4. **EXIGÊNCIAS LEGAIS:**
 - 4.1 **Certificações e Licenças:**

Apresentação de certificados e licenças necessários para prestação de serviços na área de manutenção de poços artesianos.
 - 4.2 **Assistência Técnica Contínua:**

Compromisso de oferecer assistência técnica contínua, com prazo de resposta definido, para atendimento a emergências e suporte operacional.
 - 4.3 **Garantias e Responsabilidades:**

Garantias específicas para os equipamentos substituídos, bem como responsabilidade por danos decorrentes de falhas na execução dos serviços.
5. **PRAZOS**
 - 5.1 **Cronograma de Manutenção:**

Elaboração e apresentação de um cronograma detalhado com as datas programadas para as intervenções de manutenção preventiva.
 - 5.2 **Tempo de Resposta em Caso de Emergência:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Definição de prazo máximo para resposta e atendimento em situações emergenciais.

6. MEIO AMBIENTE:

6.1 Descarte Adequado:

Adoção de práticas ambientalmente responsáveis, incluindo o descarte adequado de equipamentos substituídos e resíduos gerados durante as intervenções.

7. TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO:

7.1 Reuniões Periódicas:

Realização de reuniões periódicas para alinhamento de atividades, discussão de resultados e ajustes necessários no decorrer do contrato.

4.8. Essa especificação técnica tem como objetivo orientar as empresas interessadas na prestação dos serviços, garantindo a qualidade, eficiência e conformidade legal na execução da manutenção preventiva e corretiva do poço artesiano em Ipiáú

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA | UNID | QTDE |
|------|---|-------|------|
| 1 | SERVIÇO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E ADEQUAÇÃO SANITÁRIA DE POÇO ARTESIANO (ATÉ 120 METROS) INCLUSO DESINFECÇÃO, REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA; VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA TUBULAÇÃO, CORROÇÃO, INCRUSTAÇÃO DE ROSCA E LUVAS E REVISÃO DO QUADRO DE COMANDO, COM TROCA DE PEÇAS. | Unid. | 03 |
| 2 | SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA, INCLUINDO GUINCHO DE RETIRADA, DESINSTALAÇÃO DA BOMBA, REBOBINAGEM DO MOTOR, TROCA DE PEÇAS, APLICAÇÃO DE PRODUTO DESINCRUSTRANTE E REINSTALAÇÃO DA BOMBA. | Unid. | 02 |
| 3 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOMBA DE POÇO ARTESIANO TIPO SUBMERSA, POTÊNCIA ATÉ 5,0 CV, TRIFÁSICO, 220/380V 60HZ, INCLUINDO GUINCHO DE RETIRADA DA BOMBA ANTIGA. | Unid. | 01 |

5.1 Exigências da contratação de empresa especializada em limpeza de poços artesianos com manutenção preventiva e corretiva com troca de equipamentos hidráulico e elétricos

5.1.1 Manutenção Preventiva e Corretiva:

5.1.1.1 **Manutenção Preventiva Regular:** A contratada deverá realizar manutenções preventivas e corretivas nos dois poços artesianos, a manutenção preventiva regular em poços artesianos é crucial para garantir seu desempenho contínuo e a qualidade da água para a população das duas comunidades da zona rural do município de Ipiáú.

5.1.1.2. **Manutenção Corretiva Rápida:** A contratada deverá estar preparada para corrigir prontamente qualquer falha, erro ou interrupção no sistema de abastecimento de água do poço artesiano.

5.1.1 **Redução de Riscos:** A redução de riscos na manutenção dos poços artesianos é essencial para garantir uma boa qualidade na água, preservar a integridade do sistema e minimizar possíveis danos.

5.1.2 **Eficiência Operacional:** A eficiência operacional em um poço artesiano é vital para garantir um abastecimento de água confiável e sustentável.

5.1.3 **Sustentabilidade:** A sustentabilidade na manutenção de poços artesianos envolve a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promover o uso eficiente dos recursos e garantir a durabilidade do sistema. Adotar práticas que promovam o uso responsável da água. E incentivar a comunidade a economizar água para que não force o sistema de abastecimento.

5.2. É de suma importância, a contratação da empresa para manutenção dos poços artesianos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Os valores estimados da contratação, são aferidos conforme pesquisa de mercado, e comparação da conformidade de preços realizada pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Ipiáú.

6.2 A Memória de Cálculo e os Preços Unitários Referenciais, fazem parte do Anexo 6, do Referido Processo de Contratação.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL:

7.1. A justificativa para o parcelamento da solução de manutenção preventiva e corretiva, com troca de equipamentos hidráulicos e elétricos de poço artesiano, fundamenta-se nos princípios estabelecidos pela Lei 14.133/21, em especial o disposto no Art. 40, que preconiza o atendimento aos princípios do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No contexto da gestão do poço artesiano em Ipiáú, a adoção do parcelamento se mostra recomendável pelos seguintes motivos:

1. VIABILIDADE DA DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O serviço de manutenção do poço artesiano pode ser dividido em lotes que compreendam diferentes aspectos da intervenção, como a manutenção preventiva, troca de equipamentos hidráulicos e elétricos, entre outros.

A divisão em lotes possibilita maior especialização por parte dos fornecedores, ampliando a competição e permitindo que empresas especializadas concorram em seus segmentos específicos.

2. APROVEITAMENTO DAS PECULIARIDADES DO MERCADO LOCAL:

O parcelamento considera as peculiaridades do mercado local, buscando economicidade ao permitir a participação de empresas regionais, estimulando a economia local e promovendo a competição entre fornecedores locais.

3. AMPLIAÇÃO DA COMPETIÇÃO E EVITAR CONCENTRAÇÃO DE MERCADO:

O parcelamento da solução contribui para a ampliação da competição, possibilitando a participação de diferentes empresas em cada lote, evitando concentração de mercado e promovendo a diversidade de fornecedores.

4. ECONOMIA DE ESCALA E REDUÇÃO DE CUSTOS:

O parcelamento é recomendável quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor. Dividir em lotes pode permitir que empresas especializadas ofereçam custos mais competitivos em determinados serviços.

5. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

A decisão de parcelamento é respaldada por um estudo técnico preliminar que considera a complexidade do objeto, as vantagens econômicas, e a possibilidade de envolvimento de fornecedores locais, fundamentando a escolha como técnica e economicamente vantajosa.

7.2. Portanto, diante do contexto específico do poço artesiano em Ipiáú e atendendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei 14.133/21, a opção pelo parcelamento se revela como uma estratégia recomendável, promovendo a eficiência na gestão do contrato, fomentando a competição e possibilitando a participação de fornecedores locais, contribuindo para a sustentabilidade econômica e técnica do serviço.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

8.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

1. Serviços de Análise e Diagnóstico Técnico:

Contratação de serviços especializados para realizar análises detalhadas do estado atual do poço artesiano, identificando possíveis problemas e propondo soluções antes da implementação da manutenção preventiva.

2. Aquisição de Equipamentos e Peças de Reposição:

Contratação de fornecedores para aquisição de equipamentos hidráulicos e elétricos, bem como peças de reposição antecipadas. Essa contratação é crucial para garantir a disponibilidade imediata dos itens necessários durante a execução da manutenção.

3. Serviços de Descarte e Reciclagem:

Contratação de serviços especializados para o descarte adequado de equipamentos antigos e resíduos resultantes da troca, assegurando a conformidade com as normas ambientais e regulamentações locais.

8.2. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES:

1. Serviços de Perfuração e Instalação de Poços Novos:

Em casos em que a manutenção preventiva revela a necessidade de uma intervenção mais extensiva ou a perfuração de um novo poço, a contratação de serviços para perfuração e instalação de poços novos torna-se interdependente para garantir o abastecimento hídrico adequado.

2. Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica:

Caso a manutenção envolva a atualização ou substituição de sistemas elétricos, é crucial a contratação de fornecimento de energia elétrica estável e confiável para garantir o funcionamento contínuo do poço artesiano.

3. Contrato de Monitoramento Remoto e Telemetria:

A contratação de serviços para monitoramento remoto e telemetria pode ser interdependente, pois a manutenção preventiva pode ser otimizada com a implementação de sistemas de monitoramento contínuo para identificação proativa de problemas.

4. Serviços de Treinamento e Capacitação:

Para garantir a eficácia da manutenção preventiva realizada pela equipe local, a contratação de serviços de treinamento e capacitação torna-se interdependente, assegurando que a equipe esteja apta a operar e manter os equipamentos de forma adequada.

8.3. Essas contratações correlatas e interdependentes são essenciais para garantir uma abordagem abrangente e eficaz na gestão do poço artesiano, abordando tanto aspectos técnicos quanto operacionais, promovendo a sustentabilidade e eficiência contínua do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

9. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO:

9.1 Prestação de serviços, pela CONTRATADA, de publicação no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse do (a) CONTRATANTE, conforme estabelecido no Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, publicado no DOU, Seção 1, de 30 de novembro de 2017, combinado com a Portaria IN/SG/PR nº 9, de 4 de fevereiro de 2021, publicada no DOU, Seção 1, de 5 de fevereiro de 2021, alterações posteriores e demais cominações legais.

9.2 O Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Ipiaú, a ser efetivado com a implantação do PCA-MI para o período de 2024, encontra-se em desenvolvimento tendo, em vista que a Decreto Municipal 6857/2023, prevê o prazo final de elaboração em agosto de 2023.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL:

10.1. RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DE RECURSOS:

A implementação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos do poço artesiano em Ipiaú, visa alcançar resultados expressivos em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

ECONOMICIDADE:

1. Redução de Custos Operacionais:

A adoção de práticas preventivas tem o potencial de reduzir os custos operacionais a longo prazo, minimizando a necessidade de intervenções corretivas emergenciais, que geralmente acarretam custos mais elevados.

2. Eficiência Energética:

A substituição de equipamentos por modelos mais eficientes visa a economia de energia, resultando em redução de despesas com eletricidade ao longo do ciclo de vida operacional do poço artesiano.

3. Minimização de Paradas Não Programadas:

A manutenção preventiva planejada contribui para a minimização de paradas não programadas, evitando interrupções no abastecimento de água à comunidade e reduzindo impactos sociais e econômicos adversos.

4. Longevidade dos Equipamentos:

A troca programada de equipamentos obsoletos por tecnologias modernas busca prolongar a vida útil dos ativos, evitando custos frequentes de substituição e assegurando a continuidade operacional do poço.

MELHOR APROVEITAMENTO DE RECURSOS:

1. Otimização da Equipe Local:

A capacitação da equipe local para realizar atividades de manutenção, aliada à contratação de serviços especializados quando necessário, otimiza o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, reduzindo a dependência de mão de obra externa.

2. Utilização Eficiente de Materiais e Peças de Reposição:

A contratação de serviços correlatos, como aquisição de equipamentos e peças de reposição antecipadas, permite um melhor planejamento logístico, evitando desperdícios e garantindo o acesso rápido aos materiais necessários durante a manutenção.

3. Gestão Sustentável de Resíduos:

Contratos correlatos para serviços de descarte e reciclagem garantem uma gestão ambientalmente responsável dos resíduos gerados durante a troca de equipamentos, contribuindo para a sustentabilidade do projeto.

4. Investimento Estratégico:

O planejamento cuidadoso da manutenção, embasado em análises técnicas e estudos preliminares, representa um investimento estratégico que visa a maximização dos recursos financeiros disponíveis, assegurando a eficácia das intervenções.

Ao buscar a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos em todas as etapas do processo de manutenção do poço artesiano, a Administração Municipal de Ipiaú demonstra um comprometimento não apenas com a eficiência operacional, mas também com a responsabilidade financeira e a sustentabilidade a longo prazo.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO:

11.1. A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos do poço artesiano em Ipiaú, apresenta implicações ambientais e socioambientais relevantes. Potenciais impactos negativos incluem o descarte de equipamentos antigos, resíduos resultantes da manutenção e o consumo de recursos naturais durante a substituição de peças. Para mitigar tais impactos, medidas específicas são propostas. A adoção de requisitos rigorosos para baixo consumo de energia e materiais e coeficientes na escolha dos novos equipamentos visa reduzir o



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

impacto ambiental durante a operação do poço. Além disso, a implementação de logística reversa assegurará o correto descarte e reciclagem dos bens substituídos, promovendo a sustentabilidade ao evitar o acúmulo de resíduos. O engajamento com fornecedores que adotam práticas ambientalmente responsáveis e a realização de campanhas educativas junto à comunidade local reforçam o compromisso socioambiental da administração municipal, buscando não apenas a eficiência operacional, mas também a preservação do ecossistema e a promoção do bem-estar social.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO:

12.1. A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos do poço artesiano em Ipiáú, apresenta implicações ambientais e socioambientais relevantes. Potenciais impactos negativos incluem o descarte de equipamentos antigos, resíduos resultantes da manutenção e o consumo de recursos naturais durante a substituição de peças. Para mitigar tais impactos, medidas específicas são propostas. A adoção de requisitos rigorosos para baixo consumo de energia e materiais e coeficientes na escolha dos novos equipamentos visa reduzir o impacto ambiental durante a operação do poço. Além disso, a implementação de logística reversa assegurará o correto descarte e reciclagem dos bens substituídos, promovendo a sustentabilidade ao evitar o acúmulo de resíduos. O engajamento com fornecedores que adotam práticas ambientalmente responsáveis e a realização de campanhas educativas junto à comunidade local reforçam o compromisso socioambiental da administração municipal, buscando não apenas a eficiência operacional, mas também a preservação do ecossistema e a promoção do bem-estar social.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- a) Diante da análise detalhada realizada no Estudo Técnico Preliminar, é possível concluir que a contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com a troca de equipamentos hidráulicos e elétricos do poço artesiano em Ipiáú, é não apenas justificável, mas altamente viável para atender à necessidade específica da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Diversos elementos sustentam esse posicionamento.
- b) Em primeiro lugar, a manutenção preventiva e corretiva é crucial para garantir a continuidade do abastecimento de água à comunidade, assegurando a operacionalidade eficiente do poço artesiano. A análise dos dados históricos de manutenção, aliada à identificação de possíveis melhorias tecnológicas, respalda a necessidade de intervenção para otimizar a performance do sistema.
- c) Além disso, a consideração dos princípios contidos na Lei 14.133/21, como a economicidade, a busca pela ampliação da competição e a mitigação de impactos socioambientais, demonstra a aderência desta contratação aos critérios legais. A opção pelo parcelamento, respaldada por estudo técnico, mostra-se coerente ao favorecer a concorrência e otimizar a gestão dos recursos disponíveis.
- d) A análise de contratações correlatas e interdependentes, assim como a inclusão de requisitos específicos para baixo consumo de energia e logística reversa, reforçam o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.
- e) Em resumo, o posicionamento conclusivo pela viabilidade da contratação se fundamenta na necessidade imperativa de assegurar o pleno funcionamento do poço artesiano, considerando critérios técnicos, legais e socioambientais. A implementação eficiente desses serviços não apenas atende ao interesse público, garantindo o fornecimento estável de água à população, mas também demonstra um compromisso responsável com a gestão dos recursos públicos e a preservação ambiental. Os artigos 18 e 72 da Lei Federal 14.133/2021 evidenciam a importância da análise de riscos em diferentes fases do processo licitatório, promovendo uma abordagem abrangente na gestão dos contratos públicos.
- f) O Art. 18 destaca que a fase preparatória, caracterizada pelo planejamento do processo licitatório, deve incluir a análise de riscos que possam comprometer tanto o sucesso da licitação quanto a boa execução contratual. Essa disposição legal enfatiza a necessidade de antecipação e consideração dos potenciais obstáculos que possam surgir ao longo do processo de contratação. Isso proporciona uma base sólida para a tomada de decisões informadas, minimizando surpresas e garantindo a eficácia da contratação.
- g) Já o Art. 72 estabelece que o processo de contratação direta, que engloba casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, deve ser instruído com diversos documentos, dentre eles a análise de riscos. Essa inclusão ressalta a relevância da avaliação prévia dos riscos associados à contratação direta, assegurando uma fundamentação sólida para a escolha dessa modalidade, quando aplicável.
- h) Em ambos os casos, a análise de riscos é vista como uma ferramenta essencial para a eficiência e eficácia do processo licitatório, permitindo a identificação proativa de desafios potenciais e o desenvolvimento de estratégias de mitigação. Essa abordagem alinha-se com as boas práticas de gestão e transparência na administração pública, fortalecendo a integridade e a qualidade dos processos de contratação.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO (LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011).

- (☒) Não há necessidade de classificação;
(☐) Grau reservado: cinco anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- () Grau secreto: quinze anos; e
- () Grau ultrassecreto: vinte e cinco anos.

Ipiaú/BA, 15 de fevereiro de 2023.

Aderian da Silva Meira

Agente de Planejamento

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipiaú-BA

Autorizado por:

Poleandro Silva Santos

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Decreto nº 5.410/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.2.4 O preço é fixo e irrevogável;

4.2.5 A nota fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das Certidões Negativas de Débitos, ou Positivas com Efeito de Negativas, emitidas pelo Fisco Federal (conjunta previdenciária); pelos Fiscos Estadual e Municipal da sede da Contratante; pelo FGTS (CRF) e pela Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3.1 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

4.3.2 O pagamento será precedido de consulta da regularidade fiscal, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

4.3.3 Na hipótese de irregularidade na condição fiscal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

4.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.3.6 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

4.3.7 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

4.3.8 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

5.2. Quando o reajuste se referir aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de preços e comprovará o aumento dos preços de mercado o objeto abrangido, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração
- b) As particularidades do contrato em vigência
- c) A nova planilha com variação dos custos apresentados
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes ou fornecedores, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes
- e) Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos ao aumento de preço, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA

5.3. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

5.4. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação a diferença porventura existente.

5.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e do fornecimento dos comprovantes de variação de custos.

5.6. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

5.7. O reajuste poderá ocorrer a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a realizar o reajuste até o percentual estabelecido pela Lei Federal 14.133/2021;

5.8. O reajuste poderá ter como base índices de preços oficiais, devendo a administração adotar o IPCA-E que deverá ser apresentado memorial de cálculo realizado por profissional registrado no Conselho Regional de Economia, ou no Conselho Regional de Contabilidade ou em Software desenvolvido pelo Banco Central do Brasil ou Receita Federal do Brasil para tais fins de cálculo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

6.1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços somente após o recebimento de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela CONTRATANTE contendo autorização específica para tal fim, em dia de expediente, das 08:00 às 17:00 de segunda-feira a sexta-feira, no prazo de **03 (três) dias** a contar do recebimento da OS, contendo também as datas, locais e serviços a serem realizados.

6.2. A operacionalização, transporte e a realização dos serviços no(s) local(is) estabelecido(s) pelo CONTRATANTE deverão ser executados pela CONTRATADA, de maneira a observar sua aceitação.

6.3. O recebimento será feito em uma única Etapa:

6.3.1 Recebimento provisório:

a) No local do serviço, o Servidor designado fará o recebimento dos serviços realizados, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e na Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

6.3.2 Recebimento definitivo:

a) No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, o FISCAL DO CONTRATO designado procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a qualidade dos serviços realizados em conformidade com o exigido nesta Ata e constante da respectiva proposta de preço do CONTRATADO.

6.4. Em caso de conformidade, o responsável atestará a efetivação da entrega dos serviços realizados na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente para fins de pagamento.

6.5. Durante o recebimento provisório, em caso de desconformidade e rejeição do serviço, o CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer do(s) material(is)/serviço(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações em até 24h.

6.6. Caberá à empresa fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual de uso obrigatório pelos empregados exigidos pela legislação.

6.7. A CONTRATADA estará obrigada a atender diariamente a todas as ordens de serviço expedidas durante a vigência do presente contrato.

6.8. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

6.9. A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.

6.10. Os materiais a serem empregados devem ser de ótima qualidade, sendo que a CONTRATANTE poderá recusar aplicação de substitutos que julgar não convenientes à manutenção de desempenho ou vida útil dos equipamentos e sistemas.

6.11. Todos os custos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

6.12. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas para o pagamento do presente instrumento contratual correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

| Classificação por esfera | Classificação Institucional | Estrutura Programática | Classificação Funcional |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| Orçamento Fiscal | 11.001/SEAMA | 10 | 20 – Agricultura |
| Informação do programa | Informação da Ação | Elemento de despesa | Fonte |
| Mais Agricultura e Sustentabilidade | 1017 | 44905200000000 | 150000000000 |

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 O presente objeto poderá ser subcontratado.

8.1.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo do presente contrato é de **00 (xxxxx) meses** compreendendo o período de **00 de _____ de 2023** até **00 de _____ de 2023**, podendo ser prorrogado desde que observadas as disposições 2º do art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.2. Constitui-se obrigação da CONTRATANTE:

- a) Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, ao local de realização do serviço, no horário estipulado para prestação dos mesmos.
- b) Designar servidores para as atividades de Fiscalização dos serviços previstos, dirimindo as dúvidas da Contratada, cumprindo e fazendo cumprir o disposto no presente termo de especificação técnica;
- c) Efetuar o pagamento na data estabelecida.
- d) Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;
- e) Encaminhar ao preposto da CONTRATADA as requisições para a execução contratual;
- f) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa vencedora;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- i) Registrar todas as ocorrências de atraso ou de desatendimento das especificações na prestação dos serviços, para a adoção das providências cabíveis à regularização, comunicando a contratada as irregularidades;
- j) Rejeitar no todo ou em parte os serviços realizado em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- k) Solicitar a refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto;
- l) Solicitar o ressarcimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto;
- m) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- n) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32;
- o) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- p) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- q) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- r) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- s) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- t) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

10.2. Constitui-se obrigação da CONTRATADA:

- a) Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.
- b) Disponibilizar uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria devida e nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.
- c) Fornecer equipamentos e serviços que se fizerem necessários para a execução da consultoria, mediante remuneração.
- d) Administrar o presente contrato.
- e) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- f) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.
- g) Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto, devendo ser entregue mensalmente para a CONTRATANTE todo dia (05) a começar do mês (Fevereiro).
- h) A proponente deverá as suas expensas, vistoriar e examinar os locais dos serviços, bem como obter, sob sua responsabilidade e risco, todas as informações necessárias para preparar a proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- i) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação e cotação de preços, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- j) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- k) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- l) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- m) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Segurança e Higiene, garantindo condições e equipamentos individuais adequados a seus empregados;
- n) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- o) Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- p) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- q) Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na cotação de preços;
- r) Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.
- s) Manter profissional responsável técnico pelos serviços e garantir a efetiva e imediata substituição do profissional, pelo menos por outro do mesmo nível, ato contínuo a eventuais impedimentos, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021;
- t) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- w) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à Contratante;
- x) Prestar os serviços de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste termo;
- y) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- z) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CRC, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante ao CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- aa) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- bb) Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- cc) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- dd) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- ee) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- ff) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços, garantindo seu perfeito desempenho;
- gg) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- hh) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990):
- a. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- ii) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados; e
- jj) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços.
- kk) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- ll) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- mm) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- nn) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- oo) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- pp) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- qq) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- rr) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- ss) fazer a transição contratual, quando for o caso, observando: a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração, a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC; a devolução de recursos, a revogação de perfis de acesso; a eliminação de caixas postais e outras que se apliquem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES CABÍVEIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Licitante que, no decorrer da contratação:

- a) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital.

11.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

11.4. Multa:

I - Moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ, pelo prazo de até 03 (três) anos. (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

11.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.6 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato:

11.7 Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

11.8 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.9 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e demais alterações vigentes.

11.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da Proporcionalidade.

11.12 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

11.13 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.14 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no site oficial do Município.

11.15 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.16 As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

11.17 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

11.18 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

11.19 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº. 14.133/2021.

12.2. O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021.

12.2.1. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a VII art. 137 da Lei 14.133/2021., não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

13.2. O Fiscal do contrato será designado a partir da Portaria Conjunta nº 003/2023.

13.3. Compete ao gestor acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

13.4. Compete ao fiscal da ata exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da ata, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata etc.

13.5. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COBRANÇA JUDICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.701.651/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

14.1. As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ipiáú - Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA é obrigada a fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas reguladoras, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

16.3. A CONTRATADA é obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (duas) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Ipiáú-BA, ____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

CHANCELA JURÍDICA

O presente contrato, de n.º 213/2023, foi analisado pela Procuradoria Jurídica que concluiu por sua regularidade de forma e mérito, atendendo às exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/21.

Em ____/____/____

Isabelle Velúcia Dias de Araújo
Procuradora Jurídica Municipal